

**LEI Nº 646/2020**

**DATA:** 18/03/2020.

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE OS REQUISITOS A SEREM SEGUIDOS PARA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São José das Palmeiras aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte LEI:

**Art. 1º.** As Sociedades Civis, Associações e as Fundações constituídas no Município de São José das Palmeiras, poderão ser declaradas de *utilidade pública*, desde que comprovados os seguintes requisitos:

I – que possuam personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro e que seus atos constitutivos demonstrem atuação nas áreas da Assistência Social, da Educação, da Pesquisa, da Cultura, do Esporte, do Turismo ou do Meio Ambiente;

II – que estejam em efetivo exercício e sirvam de forma exclusiva e desinteressada à coletividade, em observância aos fins estatutários;

III – que não remunerem, a qualquer título, os cargos de sua diretoria e conselho deliberativo e que a entidade não distribua lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes e mantenedores sob nenhuma forma ou pretexto;

IV – que comprovadamente, mediante relatório apresentado, façam promoção da educação, da cultura, da assistência social, do meio ambiente, do turismo, do esporte e lazer, ou que exerçam atividades de pesquisa científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas, de caráter geral e indiscriminado;

V – que comprovem, mediante Certidão Negativa, a regularidade junto à Receita Federal, e Tribunal de Contas do Estado, se for o caso.

**Art. 2º.** Para a regular declaração de Utilidade Pública, a entidade deverá apresentar relatório simplificado das atividades desenvolvidas no último ano, contados da data do registro de sua personalidade jurídica, aprovado pelo órgão encarregado do seu cadastramento.

§ 1º. A entidade interessada deverá requerer a concessão de Utilidade Pública mediante solicitação por escrito, acompanhada da documentação prevista nesta Lei, inclusive de seus diretores, que será protocolada junto à Prefeitura Municipal ou Câmara de Vereadores, fazendo prova de sua existência e dos requisitos supra.

§ 2º. A declaração de Utilidade Pública se dará por Lei, cuja proposição será tanto de autoria de um ou mais vereadores, quanto do Poder Executivo, quando for de interesse da administração, desde que preenchidos os requisitos legais.

§ 3º. As disposições de que dispõe o Inciso III do Artigo 1º deverão estar expressamente previstos nos Estatutos da entidade que estiver solicitando a declaração de Utilidade Pública.

**Art. 3º.** As entidades declaradas de Utilidade Pública serão inscritas no Cadastro Geral do órgão competente da Administração Municipal, o qual deverá receber e averbar a remessa dos relatórios circunstanciados, a quem ficam obrigadas as entidades a apresentar anualmente, dos serviços que prestaram à coletividade no ano anterior.

**Art. 4º.** Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente:

I – deixar de apresentar, durante 3 (três) anos consecutivos, sem motivo justificado, o relatório anual que se refere o artigo 2º desta Lei;

II – deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, quando for o caso, dos recursos recebidos, no último ano;

III – deixar ou se negar a prestar os serviços previstos nos termos de suas atribuições estatutárias, para cujas finalidades foi constituída;

IV – passar a remunerar, sob qualquer forma, os membros de sua Diretoria, ou conceder e distribuir lucros, bonificações ou outra vantagem a dirigentes, mantenedores ou associados.

Parágrafo único. A disposição contida no inciso II deste Artigo, quando for o caso, deverá ser atendida mediante documentação comprobatória, que deverá ser encaminhada anualmente ao Poder Executivo, até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

**Art. 5º.** As entidades já reconhecidas na condição de Utilidade Pública antes da vigência desta Lei terão o prazo de 12 (doze) meses para a comprovação de todos os requisitos estabelecidos no Artigo 1º.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná,  
aos dezoito dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR  
Prefeito Municipal